


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 11/07/2018 14:22:00, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão Judicial I, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: **0005795-46.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Exeqüente: **Paula de Souza Daniel**  
 Executado: **Telemar Norte Leste S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ana Cláudia Habice Kock**

Vistos.

Trata-se de ação de **Cumprimento de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer** ajuizada por **Paula de Souza Daniel** em face de **Telemar Norte Leste S/A**.

A executada noticiou nos autos a realização da *assembleia* geral de credores das empresas do grupo *OI* em 19/12/2017, bem como a aprovação do plano de recuperação judicial (fls. 18/144 e 145/149).

A aprovação do plano de recuperação judicial implica em novação do crédito, nos termos do art. 59 da Lei nº 11.101/05, que assim dispõe:

Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a eles sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei.

§ 1º A decisão judicial que conceder a recuperação judicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III, do caput da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil".

Dessa forma, tendo a novação o efeito de substituição da obrigação novada por uma nova, com a extinção da primeira, conforme disposto no art. 360, I do Código Civil, de rigor a extinção da presente execução.

Sobre o tema, veja-se os seguintes julgados:

"EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Crédito sujeito à



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

recuperação judicial – Pedido de extinção da execução, em razão da aprovação do plano de recuperação judicial da executada – Admissibilidade – Suspensão do processo por 90 dias determinada pela decisão recorrida – Descabimento – Hipótese de extinção da execução – Novação do crédito a partir da homologação do plano aprovado na assembleia geral de credores – Adoção da jurisprudência recente do STJ – Não há proveito processual na suspensão da execução até o eventual cumprimento do plano de recuperação judicial, uma vez que a obrigação só se restituirá ao "status quo ante" nas hipóteses de convolação da recuperação judicial em falência ou decretação da quebra a pedido do credor, casos em que o crédito deve ser perseguido por meio de habilitação do crédito na falência – Execução extinta, com fulcro no art. 924, III, do CPC/2015. Recurso provido, com observação" (TJSP, Agravo de Instrumento nº 2115737-61.2016.8.26.0000, 20ª Câmara do Direito Privado, Relator: Álvaro Tores Júnior, dj: 20/02/2017 – negrito não original).

*"EMBARGOS À EXECUÇÃO. Crédito sujeito à recuperação judicial. Coisa julgada material. Novação do crédito. Inteligência do art. 59, 'caput', da Lei nº 11.101/05. Extinção do processo. Regularidade. Descumprimento de qualquer obrigação que acarretará na possibilidade de execução específica da obrigação assumida no plano ou na convolação da recuperação judicial em falência, atraído o juízo universal. Exegese do art. 62 da Lei nº 11/101/05. Precedentes do C. STJ. Sentença mantida. (...)"* (TJSP, Apelação nº 1020372-49.2015.8.26.0576, 12ª Câmara do Direito Privado, Relator: Tasso Duarte de Melo, dj: 21/03/2018 – negrito não original).

Portanto, decorrido o prazo para cumprimento das obrigações assumidas no plano de recuperação judicial, e não realizado o pagamento, poderá o credor, com base nesse título executivo judicial, requerer a execução específica ou a falência, nos termos dos artigos 61 e 62 da Lei nº 11.101/05.

Pelo exposto e diante da inviabilidade de prosseguimento nesses autos, julgo **EXTINTO** o presente cumprimento de sentença, com fundamento no art. 924, III do CPC.

Não há condenação em custas e honorários, em razão do deferimento da recuperação judicial.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Araraquara, 19 de julho de 2018.

**ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Juíza de Direito


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**DATA**

Em **19 de julho de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, escrevi.

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certifico e dou fé que o r. despacho supra foi remetido ao Diário da Justiça Eletrônico para publicação no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015, **disponibilizado no "site"** no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015 (artigo 6º do Provimento n. 1321/2007 do CSM) às fls. \_\_\_\_\_ do caderno 4 e será considerado publicado no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015 (§ 1º do art. 6º do referido Provimento). Araraquara, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, subscrevo.